

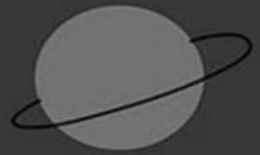
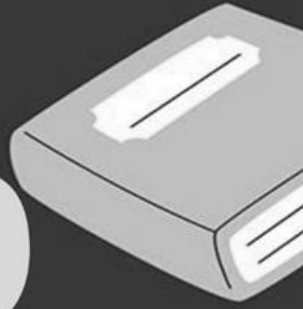
Organização
CARLOS VICTOR SANTOS RODRIGUES
LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA
LUZIA MARTINS PEREIRA
SIDINEIA MARIA DE SOUZA

ALFABETIZAR COM OLHAR DIFERENTE



Organização
CARLOS VICTOR SANTOS RODRIGUES
LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA
LUZIA MARTINS PEREIRA
SIDINEIA MARIA DE SOUZA

ALFABETIZAR COM OLHAR DIFERENTE



2024 – Editora Ducere

www.ducere.com.br

editoraducere@gmail.com

Organizadores

Carlos Victor Santos Rodrigues

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Luzia Martins Pereira

Sidineia Maria de Souza

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Ducere

Revisão: Respectiveos autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Me. Ronei Aparecido Barbosa, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Dr. Fabrício dos Santos Ritá, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Dr. Claudiomir Silva Santos, Instituto Federal Minas Gerais, IFSULDEMINAS

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696a	Alfabetizar com Olhar Diferente / Carlos Victor Santos Rodrigues; Ligiane Oliveira dos Santos Souza; Luzia Martins Pereira; Sidineia Maria de Souza (organizadores). – Formiga (MG): Editora Ducere, 2024. 56 p. : il. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-83222-07-7 DOI: 10.5281/zenodo.13943144 1. Educação. 2. Alfabetização. 3. Métodos. I. Rodrigues, Carlos Victor Santos. II. Souza, Ligiane Oliveira dos Santos. III. Pereira, Luzia Martins. VI. Souza, Sidineia Maria de. V. Título. CDD: 372.41 CDU: 37
-------	---

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ducere
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.ducere.com.br
editoraducere@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.ducere.com.br/2024/10/alfabetizar-com-olhar-diferente.html>



AUTORES

**BRUNA FERREIRA NEPOMUCENO
CARLOS VICTOR SANTOS RODRIGUES
CINTIA PAULINO DA SILVA
DESIREE SALES GALLEGO
EUCILENE DE SOUZA PEREIRA
GLEICIANE OLIVEIRA SANTANA
HELENICE DOS SANTOS ALVES
LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA
LUZIA MARTINS PEREIRA
MARIA JOSINEIDE ARAUJO DA SILVA
NATÁLIA LARISSA GALLEGO
NILCE SANTOS DA SILVA
PRISCILLA ALVES DE OLIVEIRA
SIDINEIA MARIA DE SOUZA
SUELI CARVALHO RICCI DA CRUZ**

APRESENTAÇÃO

A alfabetização, enquanto processo basilar na formação do indivíduo, é mais do que o simples ato de ensinar a ler e escrever. Trata-se de uma empreitada que demanda não apenas técnica, mas um profundo entendimento das múltiplas dimensões que envolvem a educação em seu sentido mais amplo. O livro *Alfabetizar com Olhar Diferente* nos convida a refletir sobre essas questões, propondo uma abordagem que transcende as práticas convencionais e busca compreender o sujeito em sua integralidade, respeitando suas singularidades e contextos sociais.

Na sociedade contemporânea, a alfabetização adquire novas camadas de complexidade. Não se trata apenas de fornecer ferramentas linguísticas, mas de promover uma educação inclusiva, crítica e transformadora, que possibilite ao alfabetizando uma participação ativa e consciente na construção de sua própria trajetória e no mundo ao seu redor. Com um olhar atento e sensível, o autor (ou autora) deste livro propõe um caminho de inovação e empatia, desafiando educadores e leitores a reavaliarem suas concepções sobre o ensino da leitura e da escrita.

Ao longo das páginas desta obra, somos instigados a repensar as metodologias e práticas pedagógicas, explorando novas possibilidades que dialogam com as realidades culturais e sociais de cada aprendiz. Essa abordagem respeita e valoriza a diversidade, entendendo que a alfabetização não pode ser um processo homogêneo, mas precisa se adaptar às diferentes necessidades e ritmos dos estudantes.

Alfabetizar com Olhar Diferente nos apresenta, assim, uma proposta educativa que, sem perder de vista os fundamentos da pedagogia, valoriza o desenvolvimento integral do ser humano, unindo o ato de alfabetizar com o de formar cidadãos conscientes, críticos e engajados com as transformações sociais. Mais do que um manual ou uma proposta técnica, este livro se apresenta como uma reflexão profunda sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, convidando-nos a olhar para o processo de alfabetização sob uma nova perspectiva, capaz de abrir caminhos para um futuro mais promissor.

Que este livro sirva como uma bússola para todos os educadores, gestores e estudiosos que acreditam no poder transformador da educação e que desejam, assim como o autor (ou autora), trilhar um caminho inovador e sensível no processo de alfabetização.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: EDUCAR O OLHAR E ENSINAR A ESCRITA.....	9
CAPÍTULO 2: A LEITURA E A ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	11
CAPÍTULO 3: UM BREVE OLHAR DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE	14
CAPÍTULO 4: O LUGAR DA LUDICIDADE NAS PRÁTICAS ALFABETIZADORAS.....	17
CAPÍTULO 5: ALFABETIZAR OU LETRAR?.....	20
CAPÍTULO 6: A ANÁLISE DA PRÁTICA SOB O OLHAR DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO.....	23
CAPÍTULO 7: UM NOVO OLHAR SOBRE A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO	25
CAPÍTULO 8: UM OLHAR SOBRE A CRIANÇA E SEU DIREITO AO ACESSO À LINGUAGEM ESCRITA	28
CAPÍTULO 9: ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PERSPECTIVAS E CARACTERÍSTICAS COM O OLHAR DO PROFESSOR.....	31
CAPÍTULO 10: A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	34
CAPÍTULO 11: JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	37
CAPÍTULO 12: JOGOS E BRINCADEIRAS NA ALFABETIZAÇÃO	40
CAPÍTULO 13: A IMPORTÂNCIA E FUNÇÃO DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS NA ALFABETIZAÇÃO	42
CAPÍTULO 14: RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A ALFABETIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM.....	45
CAPÍTULO 15: O USO DA TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	47
CAPÍTULO 16: O CONCEITO DE GÊNERO TEXTUAL E O TRABALHO COM DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS EM SALA DE AULA	50
CAPÍTULO 17: ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS: O QUE É? COMO FAZER?	52
CAPÍTULO 18: ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO NO ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS: PROBLEMATIZANDO AS AÇÕES DE UMA SALA DE AULA	55

ALFABETIZAR COM OLHAR DIFERENTE

Organizadores

**CARLOS VICTOR SANTOS RODRIGUES
LIGIANE OLIVEIRA DOS SANTOS SOUZA
LUZIA MARTINS PEREIRA
SIDINEIA MARIA DE SOUZA**



CAPÍTULO 1

EDUCAR O OLHAR E ENSINAR A ESCRITA

Sidineia Maria de Souza
Carlos Victor Santos Rodrigues
Ligiane Oliveira dos Santos Souza
Luzia Martins Pereira

REVISÃO TEÓRICA

A educação do olhar diz respeito ao aprendizado sobre o olhar, que se dá por meio da sua reflexão. Carneiro (2005) mostra que o olhar demanda o desenvolvimento das competências visual, emocional, social e até mesmo espiritual. Por ser o resultado da nossa leitura sobre o mundo e nossa principal forma de capturar a realidade, o olhar deve ser exposto, discutido e modificado, cabendo à escola o compromisso com o exercício dessa possibilidade de prática.

Uma metodologia da educação do olhar deveria eleger experiências de aprendizagens ricas em situações de compartilhamento, nas quais os estudantes possam assumir responsabilidades, isso porque a participação é resultado do olhar voltado ao outro, ao diferente. Ao refletir sobre a percepção, Merleau-Ponty (1984) já alertava que, ao selecionar um objeto, o olhar desloca-o no espaço e deixa-o em evidência para que o sujeito dele se aproprie.

Falar sobre escrita exige a busca de uma conceitualização geral do que trata esse fenômeno. A escrita é uma representação da língua e é adquirida pelo domínio de uma técnica e da mecanização de seus processos. O código escrito é uma codificação do sentido e dos sons de uma língua e, ao contrário da fala, exige monitoramento e controle. A produção da escrita exige automatização porque, ao escrever, produzimos sequências de letras ordenadas, e o processo de decodificação da relação grafema-fonema não deve exigir esforços excessivos

(FAYOL, 2014).

Podemos compreender que o letramento é, além da decodificação do código escrito, a compreensão da escrita em sua totalidade, isto é, nas mais diferentes funções da comunicação por ela mediada. A alfabetização, a sua vez, é o domínio da habilidade de decodificar o código escrito, ou seja, as letras, as sílabas e as palavras, atribuindo significado à leitura dessas palavras isoladas ou em frases que formam textos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, buscamos utilizar a arte como ferramenta de auxílio ao processo de apropriação do código escrito. Isso porque pensamos que o ofício de alfabetizar pode contemplar a educação do olhar uma vez que a leitura, dentro da perspectiva apresentada sobre os processos de alfabetização e letramento, não se restringe à mera decodificação de signos, mas à atribuição plena de seus efeitos e significados. Elaboramos um plano de trabalho para dar conta de um exercício de leitura e de escrita que contemplasse a educação do olhar por meio da leitura e da interpretação de uma obra de arte e de um registro escrito. Partimos da premissa de que as crianças possuem uma capacidade bem elaborada de interpretar obras de arte.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, M. C. C. A. Cidadania: a educação do olhar. Revista de Educação do Cogeime, V. 14, N. 27, 2005.

FAYOL, M. Aquisição da Escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1984.



CAPÍTULO 2

A LEITURA E A ESCRITA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Desiree Sales Gallego
Natália Larissa Gallego
Eucilene de Souza Pereira

REVISÃO TEÓRICA

A leitura é um processo de compreensão abrangente que envolve aspectos neurológicos, naturais, econômicos e políticos. A correspondência entre os sons e os sinais gráficos pela decifração do código e compreensão do conceito ou ideia; corresponde a um ato de compreensão, ou seja, uma busca daquilo que o texto pode significar, da mesma forma que se procura extrair significado da linguagem falada; para que a leitura seja possível, é necessário que compreendamos símbolos (significantes) e aqueles que simbolizam (significados).

A leitura é definida como uma maneira de comunicar-se com o texto impresso por meio da busca de compreensão. O ato de ler ativa uma série de ações na mente do leitor pelas quais ele extrai informações. Ela é a capacitação de significados numa crescente comunicação entre o leitor e o texto que implica aprender a descobrir, reconhecer e utilizar os sinais da linguagem.

A escrita é uma forma de representação da linguagem oral; como tal, escrever também diz respeito a um ato de significar, de representar ideias, conceitos ou sentimentos, por meio de símbolos, mas de origem gráfica e não sonora.

A necessidade do homem de se comunicar graficamente com seu semelhante parte dos tempos mais remotos, desde o período pré-histórico, quando as mensagens eram escritas nas paredes das cavernas em processos rudimentares e pintura. Em busca de meios que assegurassem uma mensagem mais precisa, o homem passou a representar as palavras por meio de desenhos em determinada ordem, isto é, havia

um significado para cada desenho.

As conclusões a que chegam os estudos sobre a língua do ponto de vista do seu processo evolutivo são de que o caminho da autonomia intelectual é do agir sobre a escrita com liberdade; aprendendo a ler e a escrever, o aluno tem mais oportunidade da linguagem. A especialização e o aproveitamento das ciências em torno do universo humano deram lugar de destaque às atividades gráficas, já que é impossível ter todos os conhecimentos pela fala. Aprender a ler e a escrever tornou-se uma preocupação de todos os governos, pois se transformou num termômetro do desenvolvimento social.

Bakhtin (1990) já previa,

o menosprezo da natureza do enunciado e a indiferença para com os detalhes dos aspectos genéticos do discurso levam, em qualquer esfera da investigação, ao formalismo e a uma excessiva abstração, desvirtuam o caráter histórico da investigação, enfraquecem o vínculo da linguagem com a vida (Bakhtin, 1990, p. 251).

Da perspectiva da prática, a concepção dialógica da linguagem, a incorporação do outro no texto do autor nos permitem pensar em outra dimensão para o ensino da escrita, em que o abstrato, que remove os vínculos com e o suporte da oralidade no processo de aquisição da escrita, não é o elemento de maior saliência. Um olhar que veja a linguagem oral e a escrita não pelas diferenças formais, mas pelas semelhanças constitutivas, permite que pensemos a aquisição da escrita como um processo que dá continuidade ao desenvolvimento linguístico da criança, substituindo o processo de ruptura, que subjaz e determina a práxis escolar.

Emília Ferreiro (1985, p. 16) afirma que

as mudanças necessárias para enfrentar sobre bases novas a alfabetização inicial não se resolvem com um novo método de ensino, nem com novos testes de prontidão nem com novos materiais didáticos. É preciso mudar os pontos por onde nós fazemos passar o eixo central das nossas decisões. Temos uma imagem empobrecida da língua escrita: é preciso reintroduzir quando encontramos a analfabetização, a escrita como sistema de representação da linguagem.

Sendo assim, podemos atribuir-lhes a motivação tanto a facilidade como a dificuldade para aprender, atribuir-lhes as condições motivadoras o sucesso ou o fracasso dos professores ao tentar ensinar algo; dificilmente detectamos o motivo que subjaz a algum tipo de comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS


A Leitura e a Escrita no Processo de Alfabetização foi desenvolvida com o intuito de aprofundar e desenvolver a compreensão do processo de leitura e escrita na construção dos educandos; para que possa acontecer a ação e a reflexão da teoria e prática pedagógica, é essencial que compreendamos o processo de aprendizagem deles para o envolvimento pessoal dentro da sociedade, em que possa obter sua formação pessoal, permitindo assim que aconteça o processo de aprendizagem. O direito de ler significa igualmente o de desenvolver as potencialidades intelectuais e espirituais, de aprender e progredir.

REFERÊNCIAS

CAGUARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu*. São Paulo: Scipione, 1998.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. *Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa*. Curitiba: Ibpesc, 2007.

KLEIMAN, Ângela B. et al. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.



CAPÍTULO 3

UM BREVE OLHAR DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

Sidineia Maria de Souza
Carlos Victor Santos Rodrigues
Ligiane Oliveira dos Santos Souza
Luzia Martins Pereira

REVISÃO TEÓRICA

A alfabetização e o letramento ocorriam através de um ensino com uso de textos superficiais, e que não possuíam um significado social para as crianças. Conforme Soares(2004), a alfabetização escolar brasileira até os anos 80 caracterizava-se por métodos artificiais e distantes das práticas sociais de escrita e leitura. De acordo com Soares(2004,p.98) a criança tinha que: “ aprender a ler e a escrever, verbos nesta etapa considerados intransitivos, para só depois de vencida essa etapa atribuir complementos a esses verbos: ler textos, livros, escrever histórias, cartas, etc.”. Assim,presenciava-se nas classes alfabetizadoras, os professores em busca de receitas mágicas, de métodos que fizessem com que as crianças tivessem domínio do sistema de escrita alfabética.

Para Morais(2012, p.28), nos métodos sintéticos estão: “três correntes ou tipos de métodos principais: os alfabéticos, os silábicos e os fônicos. Todos pressupõem que o aprendiz deve partir de unidades linguísticas menores(letras, sílabas ou fonemas)”. Dentre os métodos sintéticos, Frade(2005) destaca que a sílaba é a principal unidade analisada no método silábico, já no método fônico temos o som como sendo a unidade principal. Em relação aos métodos analíticos, Morais(2012, p, 29) relata que: “no grupo dos métodos analíticos, temos três tipos principais: a

palavração, a sentencição e método global [...]. Propõem que, por razões de tipo perceptivo e motivacional, seria adequado começar com unidades maiores, que ‘têm um significado’(palavras, frases, histórias)”. Ademais, Coutinho(2005) menciona os métodos analíticos – sintéticos ou mistos, estes métodos se utilizam da análise e síntese das partes maiores e menores. Acerca dos métodos analíticos, destaca-se o método global, em que Morais(2012) relata que esse método tem como ponto de partida um texto simples para análise. Por conseguinte, frases e palavras contidas no texto seriam analisadas.

Para isso, a teoria indica a relevância da formação de professores alfabetizadores, conforme Frade apud Mendes et al. (2005) os professores das classes alfabetizadoras devem ter uma boa formação, pois isso tem impacto no desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento. De acordo com Leal(2005,p.109): “alfabetizar é uma atividade complexa, que exige profissionalização, planejamento, conhecimentos de diversos tipos, e compromisso, sendo necessário, portanto, dedicarmo-nos ao estudo e ao desenvolvimento de nossas próprias capacidades”. Assim compreendemos que a formação continuada é necessária para que se consiga alfabetizar e letrar com qualidade, pois a tarefa de alfabetizar e letrar exige conhecimentos que vão além do letramento e alfabetização, exige uma sensibilidade e precisão de análise para verificar o nível, as necessidades e as potencialidades dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é possível ter uma breve noção acerca da complexidade do processo de alfabetizar e letrar, pois envolve as interações entre professor alfabetizador, criança, escola e família e as especificidades da aprendizagem. Portanto é um trabalho que necessita de uma gama de conhecimentos, capacidade de adaptar os conteúdos e uma formação contínua do professor alfabetizador.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Marília de Lucena. Psicogênese da língua escrita: o que é? Como intervir em cada uma das hipóteses? Uma conversa entre professores. In:

Apropriação do Sistema de Escrita Alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.47-70.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos e didáticas de Alfabetização: História, características e modos de fazer de professores. Belo Horizonte: Ceale/fae/ufmg, 2005. 72 p.

LEAL, Telma Ferraz. Fazendo acontecer: o ensino da escrita alfabética na escola. In: MORAIS, Artur Gomes; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. (Org.). Alfabetização: apropriação do sistema de escrita alfabética. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MORAIS, Artur Gomes. Revisão de Antigas Formas de Alfabetizar (cap.I). In: Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. p. 19-42.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. Revista Pátio, [s.i.], v. 29,n.1,p.96-100,abr.2004



CAPÍTULO 4

O LUGAR DA LUDICIDADE NAS PRÁTICAS ALFABETIZADORAS

Natália Larissa Gallego
Desiree Sales Gallego
Eucilene de Souza Pereira

REVISÃO TEÓRICA

Quando se pensa a ludicidade como instrumento pedagógico no processo de ensino/aprendizagem, comumente há associação do termo direta e frequentemente à Educação Infantil. A afirmação se faz presente em inúmeros trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas e documentos que regem tal etapa de ensino. No entanto, é importante destacar que a ludicidade tem papel importante no desenvolvimento cognitivo e social das crianças também nos anos iniciais do Ensino Fundamental, principalmente, durante o processo de alfabetização.

O processo de alfabetização tem sido alvo de muitas discussões, que trazem argumentos fundamentais acerca da urgência de se modificar a prática pedagógica dos professores alfabetizadores que, por vezes, ainda está muito arraigada ao modelo tradicional de ensino, ou seja, apoiado em métodos que valorizam a memorização, a repetição e a cópia de informações. Diante do atual contexto educacional e de suas implicações, busca-se destacar neste estudo a importância de práticas alfabetizadoras lúdicas, que contribuem para que o processo se torne mais prazeroso e eficaz. Pensar as metodologias de ensino e suas implicações no processo de construção da aquisição do sistema alfabético representa uma questão desafiadora na área da educação, isso porque a escolha de um método em detrimento de outro pode definir o desenvolvimento ou não de competência fundamental para a consciente inserção dos sujeitos na sociedade.

A discussão acerca de qual método é mais eficiente para promover a

alfabetização não é um problema recente, porque muitos são os autores que apresentam e defendem suas concepções, perspectivas e teorias que embasam as práticas alfabetizadoras presentes nos estudos sobre alfabetização.

Essas considerações revelam a complexidade que consiste em alfabetizar. Demonstram que as práticas alfabetizadoras capazes de garantir que todas as crianças, sem distinção de raça, situação econômica, social e familiar, sejam plenamente alfabetizadas na idade certa, assim como é previsto pela Base Nacional Comum Curricular (2017), ainda é um grande desafio. No entanto, não se objetiva neste estudo abordar e diferenciar os métodos de alfabetização, mas é necessário que se tenha uma percepção de que algumas metodologias utilizadas ao longo do percurso educacional brasileiro podem-se caracterizar como alternativas mais acertadas para que seja atingida a meta de alfabetizar as crianças até o segundo ano do Ensino Fundamental.

Soares (2004) sinaliza a urgência de se construírem novas práticas de alfabetização, não somente para decifrar códigos, mas para proporcionar aos sujeitos a capacidade de “ler o mundo”, interpretando-o nos mais diversos contextos sociais. Isso porque “aprender a ler e escrever, em uma sociedade letrada, tem o significado de apropriação de poder, de instrumento que permite participar na sociedade como um cidadão pleno, e não como cidadão pela metade” (FERREIRO 1990, p. 69 apud FLORES, 2017 p.664).

Assim, o que se defende aqui é que a abordagem lúdica, em processo tão complexo que é a alfabetização, possa ser um caminho metodológico possível para uma mudança nas taxas de analfabetismo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS .

Nesse sentido, é preciso que os educadores se conscientizem acerca da formação contínua para a atuação pedagógica, função fundamental da formação universitária, uma vez que essa consciência da necessidade de atualização constante deve caminhar junto com a formação profissional básica. Assume-se, então, que as metodologias alfabetizadoras devem estar associadas aos estudos atuais desenvolvidos na área, e que os educadores precisam ampliar as percepções acerca desse pressuposto modificando o contexto em que se está alfabetizando.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emília. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes médicas, 1999.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

CAPÍTULO 5

ALFABETIZAR OU LETRAR?

Sidineia Maria de Souza

Carlos Victor Santos Rodrigues

Ligiane Oliveira dos Santos Souza

Luzia Martins Pereira

REVISÃO TEÓRICA

A alfabetização pode ser definida como a capacidade de apropriação do sistema alfabético, de codificar e decodificar os símbolos convencionais presentes no alfabeto, atribuindo-lhes sentidos. O que nas palavras de Rojo (2010, p. 23) significa “dominar um sistema bastante complexo de representações e de regras de correspondência entre letras (grafemas) e sons da fala (fonemas) numa dada língua; em nosso caso, o português do Brasil.”

Em consonância, Soares (2008 apud OLIVEIRA, 2012) define que o ato de ler e escrever, “constitui-se no 'domínio' da 'mecânica' da língua escrita; nesta perspectiva, alfabetizar significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) de decodificar a língua escrita em língua oral (ler).” Já o letramento representa uma atribuição prática para a escrita a partir das atividades sociais desenvolvidas, ou seja, é caracterizado como a capacidade de o sujeito interagir de forma significativa com as mais variadas situações em que a escrita esteja presente, interpretando a sua realidade a partir dos significados construídos continuamente, desde os seus primeiros dias de vida, pela sua interação com o mundo letrado.

Outro ponto importante para se discutir é que o processo de alfabetização por si só não garante que o sujeito seja letrado, ou seja, ser capaz de codificar e decodificar o código alfabético não significa a competência de interagir socialmente

com a leitura e a escrita nas práticas cotidianas. Assim, saber ler e escrever não são suficientes para que uma pessoa possa exercer sua plena e consciente função de sujeito na sociedade, o que pode ser garantido com as práticas de letramento.

Para Soares (2004), a alternativa mais adequada é que os dois processos se desenvolvam conjuntamente e simultaneamente. Articular alfabetização e letramento proporciona à criança, que está sendo alfabetizada, uma maior consciência da função social da escrita, tornando a alfabetização mais significativa.

Conforme os documentos oficiais da educação, as práticas de alfabetização no ambiente escolar devem-se iniciar na Educação Infantil e, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, (BRASIL, 2017), as crianças devem estar plenamente alfabetizadas até o segundo ano do ensino fundamental, já que, no terceiro ano de escolaridade, as atividades desenvolvidas são voltadas para o estudo das questões ortográficas. Assim, o letramento é caracterizado como um aperfeiçoamento contínuo que precisa se manifestar também no ambiente escolar, possibilitando caminhos para que as crianças sejam capazes de interpretar a língua escrita nas práticas sociais que a exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, espera-se que a presente pesquisa contribua para que os professores, especificamente, os que atuam no processo de alfabetização, tenham maior compreensão da importância da ludicidade ao longo do percurso alfabetizador. Dessa forma, por meio dos pontos de concordância entre os autores no levantamento teórico abordado, bem como da análise crítica do lugar do lúdico na prática docente, é possível traçar caminhos mais assertivos, com o objetivo de garantir um processo de alfabetização amplo, capaz de promover nos estudantes a autonomia e o exercício crítico de reflexão e postura cidadã em constante letramento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando. Coleção explorando o ensino: Língua Portuguesa: ensino fundamental. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília: vol, v. 19, p. 15-36, 2010.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

CAPÍTULO 6

A ANÁLISE DA PRÁTICA SOB O OLHAR DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

Eucilene de Souza Pereira

Natália Larissa Gallego

Desiree Sales Gallego

REVISÃO TEÓRICA

A alfabetização é um tema polêmico e complexo e recorrentemente objeto de formulação de políticas para sanar as dificuldades na aquisição da leitura e escrita e diminuir os altos índices do analfabetismo funcional. As discussões referentes a métodos de alfabetização frequentemente estão em pauta, equivocadamente resumem a alfabetização a uma mera questão de escolha de método. Para Magda Soares, a alfabetização e o letramento são campos de conhecimento que o professor deve conhecer para entender como a criança aprende e como ele precisa ensinar.

A alfabetização é a aprendizagem da tecnologia de como transformamos o que está escrito em linguagem ou vice-versa, é o estudo do sistema alfabético, que para as crianças menores é um sistema bastante abstrato de como transformamos os sons da fala em letras ou grafemas.

Alfabetização – processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico) (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 15)

Porém, é importante durante o processo de aquisição da leitura e escrita, o professor enfatizar a função social da língua escrita, que ela serve para alguma coisa, para registrar fatos, para a comunicação, que está presente no nosso cotidiano em

diversas situações, pois vivemos numa sociedade letrada, portanto aprender a ler e escrever não serve somente para fazer tarefas escolares. Neste contexto, o uso de práticas e materiais artificiais pelo professor alfabetizador, como memorização de letras e sílabas, com cartilhas e proposição de atividades desvinculadas de usos no contexto social, tiram o protagonismo do aluno na construção do processo de alfabetização, reduzindo o processo a uma ação mecânica, sem significados para a vida do aluno.

[...] a criança conhece o sentido e a função da escrita, antes de conhecer sua forma. Assim, a criança habituada a ouvir histórias lidas por seus pais desenvolve uma concepção de escrita ainda em idade bem tenra. (GUIMARÃES, 2006, p. 61)

No entanto, somente conviver em um ambiente letrado não garante que o aluno se alfabetize, mas certamente o fará refletir sobre as características e funções dos diferentes textos e despertar o interesse pela leitura e escrita.


CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam práticas mais robustas de alfabetização sobrepondo-se as de letramento, tais práticas podem levar a interpretações sobre os mecanismos e ações que interferem no processo de alfabetização. A análise de dados mostra a dificuldade do professor em ter objetivos claros, no momento do planejamento das atividades propostas, os conhecimentos linguísticos nas atividades de alfabetização não foram explorados com intencionalidade pela professora e não atenderam ao propósito de refletir sobre a escrita e a leitura.

REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Letramento: muito além do jardim ou uma alfabetização sem limites ou datas marcadas. *Calidoscópio*, Vol. 4, n. 1, p. 60-65, jan/abr 2006. Unisinos.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização e letramento. *Construir Notícias*. Recife, PE, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007.



CAPÍTULO 7

UM NOVO OLHAR SOBRE A PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

Maria Josineide Araujo da Silva

Cintia Paulino da Silva

Sueli Carvalho Ricci da Cruz

REVISÃO TEÓRICA

Entendemos que o processo de alfabetização e letramento vai muito além do reconhecimento de símbolos e letras: ele compreende também a interpretação do que está à nossa volta. Compreender a importância da alfabetização e do letramento nos dias de hoje nos leva à reflexão sobre a educação inclusiva, importante aspecto das políticas educativas. Cada sujeito adquire conhecimento de forma distinta, e é importante pensar em que bases se assentam as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento na educação inclusiva. Nosso recorte aqui será o aluno com autismo que necessita, assim como os demais alunos, de uma compreensão ampliada acerca de seus limites e potencialidades. Esse estudo aborda como a mediação das aulas pode criar possibilidades para que os alunos autistas não sejam condenados ao isolamento nas escolas. A principal atuação do professor é perceber que o autista tem potencial para aprender, e que cabe a ele a adaptação de sua prática pedagógica para propiciar a inserção do aluno no convívio social e numa educação realmente inclusiva e transformadora.

De acordo com Ferreiro (1999, p.47), “a alfabetização não é um estado no qual se chega, mas um processo cujo início é, na maioria dos casos, anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. Entende-se assim, que o processo de alfabetização deve ser entrelaçado à vida do aluno, ou seja, deve ser contextualizado. Observa-se um alto índice de analfabetos, mas não podemos falar de “iletrados”, pois

sabemos que um indivíduo que não domina a escrita alfabética, consegue se inserir em práticas de leitura e escrita através do intermédio de uma pessoa alfabetizada, e nessas práticas desenvolve uma série de conhecimentos sobre os gêneros que circulam na sociedade.

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 1998, p. 40).

Assim, enquanto a alfabetização se resume à codificação e decodificação de letras e sons, o letramento, à ela associado, permite ao aluno adquirir não somente as habilidades de leitura e escrita, mas de todo o processo de construção e interpretação do mundo a sua volta, visto que a linguagem contribui para a formação do sujeito na sua interação com o outro, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

A educação de uma criança com necessidade educacional especial, sem dúvida, é um desafio para todos os profissionais da educação. A particularidade e a insuficiência de conhecimento sobre os transtornos globais do desenvolvimento (TGD) leva os professores a andar por caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor forma de educar essas crianças e sobre o que podemos esperar de nossas intervenções.

Klin (2006, p. 53) conceitua o Autismo, em conjunto com a Síndrome de Asperger, como “entidades diagnósticas em uma família de transtornos de neurodesenvolvimento” e são atualmente catalogados como transtornos invasivos de desenvolvimento. Esses fenômenos são marcados pelo prejuízo existente nos processos de socialização, comunicação e aprendizado. A incidência do Autismo e da Síndrome de Asperger na população é de aproximadamente 1 em cada 200 indivíduos.

O autismo revela-se, a nível social, através de dificuldades de comunicação e, a nível individual, através da escassez de contatos afetivos e do jogo imaginativo, bem como a realização de um número de atividades restritas e repetitivas. Estas perturbações, com implicações ao nível individual, familiar e social, tornam-se um objeto importante nível de intervenção. Muitas vezes os educadores se deparam com

essa situação em sala de aula e não sabem como atuar a fim de preparar e inserir esse aluno como um sujeito letrado. Buscaremos, aqui, salientar alguns métodos que buscam facilitar o ingresso do aluno autista na sociedade, percebendo como os mesmos interagem com o saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que existem diversos mecanismos que podem ser utilizados no processo de aprendizagem, porém é necessário que haja uma adequação da proposta pedagógica. Essa adequação é fundamental para a atuação do professor, criando situações que contribuam para a aquisição de conhecimento, visando não apenas os conhecimentos relativos aos conteúdos curriculares, mas também àqueles relacionados ao desenvolvimento de sua cidadania. Nesse sentido, a figura do professor é fundamental e favorecerá o processo de inclusão ao promover uma adequação curricular, introduzindo em sua rotina diária atividades que reforcem os conteúdos, melhorando a capacidade cognitiva de abstração de conteúdos, aumentando o tempo de concentração, trabalhando a coordenação motora e a oralidade, além de reforçar os comportamentos positivos e valorizar os avanços obtidos pelos alunos. Para o aluno com necessidades educativas especiais, a aula terá mais significado com essas adequações.


REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emilia. Com Todas as Letras. Vol 2. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. Rev Bras Psiquiatr. 2006;28 (Supl I):S3-11

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.



CAPÍTULO 8

UM OLHAR SOBRE A CRIANÇA E SEU DIREITO AO ACESSO À LINGUAGEM ESCRITA

Bruna Ferreira Nepomuceno
Helenice dos Santos Alves
Gleiciane Oliveira Santana

REVISÃO TEÓRICA

A partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1948), da promulgação da Constituição Federal de 1988, que explicitou em seu texto a educação como um direito público subjetivo, e da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), o Brasil, enquanto país participante desse processo de discussão, buscou instrumentos e políticas públicas que possibilitassem a proteção dos direitos humanos. Assim, ampliou-se o debate sobre infância e adolescência em nosso país, e cresceu o debate da inserção de crianças menores de 7 anos nas escolas. O reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado veio com a Constituição de 1988, garantindo o direito das crianças de 0 a 5 anos à escola pública gratuita de qualidade.

Nesse sentido, a garantia do direito de aprender é inegável. Considerando o fato de as crianças serem sujeitos de cultura e inseridos em um contexto social, é possível perceber que a diversidade – entendida aqui como um fenômeno de multiplicidade, variedade e diferenças que se constroem no contexto sociocultural, atravessando tempo e espaço (GOMES, 2007) – está presente e faz parte do acontecer humano desde a mais tenra idade. Desde cedo, tais diferenças se manifestam nas diferentes linguagens, sejam elas orais, corporais ou escritas.

A linguagem, portanto, é um lugar de interação humana, interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores (GERALDI, 2009). Nessa

abordagem, o indivíduo emprega a linguagem não só para expressar pensamento ou transmitir conhecimentos, mas também para agir, atuar sobre o outro e sobre o mundo.

Quando nascemos, o mundo que nos é apresentado já possui sentidos e significados, e aprendemos na convivência com outros esses significados, e, ao mesmo tempo, produzimos cultura. Comunicamo-nos através do corpo, da fala, da escrita, da música, da arte, da visão e da matemática. Assim também é a criança. As diferentes linguagens (corporal, oral, escrita, plástica, visual, musical) são manifestadas em lugares diversificados e a escola é um desses lugares. Nesse sentido, a Educação Infantil torna-se um espaço privilegiado de convivência, interação, conhecimento e, portanto, de vivência das diversas linguagens, expressas em diversos sistemas semióticos (ou sígnicos).

A linguagem escrita, uma das linguagens a serem vivenciadas na Educação Infantil, para Cavalcanti (2000 p. 82), é um “sistema de representação com símbolos, sinais e normas, convencionados em cada contexto histórico e cultural, criado pelo homem em função de suas necessidades”.

Acreditamos que nenhuma das linguagens deve ser priorizada no trabalho com crianças pequenas. Portanto, ao falar de linguagem escrita na Educação Infantil não pretendemos tratá-la como mais ou menos importante, mas sim como uma entre as diferentes linguagens a serem exploradas na primeira etapa da Educação Básica.

O trabalho com a linguagem escrita com crianças até 6 anos traz polêmicas e debates que geram divergências entre diversos teóricos, mas também traz um ponto em comum, que é a ludicidade na infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a criança convive com esse tipo de linguagem desde cedo. Entendemos que na Educação Infantil, trabalhar com a escrita não deve significar, de modo exclusivo, alfabetizar, mas sim proporcionar à criança formas expressivas de contato com o escrito por meio do acesso a diferentes gêneros textuais, leitura mediada de livros literários, contação de histórias, vivenciando práticas de leitura e escrita que promovam a percepção das relações entre o falar e o escrever, de modo a favorecer a atribuição de significados para os textos presentes no cotidiano escolar,

e não apenas realizando atividades escritas desconectadas do universo infantil. Para isso, é fundamental sempre respeitar o direito de ser criança de toda criança.


REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1990. Seção 1, p. 13563.

CAVALCANTI, Z. *Alfabetizando*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Mercado das Letras, 2009.

GOMES, N. L. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.



CAPÍTULO 9

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PERSPECTIVAS E CARACTERÍSTICAS COM O OLHAR DO PROFESSOR

Sueli Carvalho Ricci da Cruz

Nilce Santos da Silva

Priscilla Alves de Oliveira

REVISÃO TEÓRICA

O artigo tem a intenção de valorizar e otimizar a alfabetização de jovens e adultos, destacando as dificuldades encontradas no contexto da modalidade EJA por professores. Quais as complexidades são percebidas no ensino aprendizagem de jovens e adultos pelos professores? Serão abordadas ideias, pesquisas e pensamentos de diversos estudiosos que por anos estiveram em busca de um método eficaz e concreto que pudesse ser posto em prática de forma eficaz.

Como o processo de alfabetização compreende a aquisição da escrita, o desenvolvimento da leitura e sua interpretação. Apenas sabendo interpretar o que lê e escreve é que o indivíduo pode tomar decisões coerentes no seu dia-a-dia. Garantir que todos os brasileiros estejam alfabetizados é garantir o crescimento do país. É possível observar que a docência exige mais do que conhecimentos teóricos, é preciso um olhar crítico sobre a realidade de cada aluno, e assim obter sucesso nos processos de aprendizagem. A necessidade de ser inserido no mercado de trabalho e o acesso à cidadania caracterizam e direcionam os jovens e adultos ao compromisso e responsabilidade com a sua qualificação. Assim, o processo de ensino desta modalidade precisa apresentar um currículo direcionado para a discussão e ampliação dos saberes relacionando com o cotidiano e perspectivas dos alunos, dando sentido para a aprendizagem.

O pedagogo, que trabalha para garantir e melhorar a qualidade da educação

tem diversos campos de atuação, podendo citar dois deles: a administração e o magistério, de modo que pode tanto gerenciar e supervisionar o sistema de ensino quanto orientar os alunos e os professores. Acompanha e avalia, ainda, o processo de aprendizagem e as aptidões de cada aluno. “A idéia de senso comum, inclusive de muitos pedagogos, é a de que Pedagogia é ensino, ou melhor, o modo de ensinar. Uma pessoa estuda Pedagogia para ensinar crianças. Libâneo aponta que (2001, p.6)“o pedagógico seria o metodológico, o modo de fazer, modo de ensinar a matéria. Trabalho pedagógico seria o trabalho de ensinar, de modo que o termo pedagogia estaria associado exclusivamente a ensino”.

Neste contexto o pedagogo deve conhecer as modalidades de ensino e a realidade das comunidades escolares para identificar a metodologia mais adequada e estratégias de ações para alcançar o interesse e promover uma aprendizagem significativa dos estudantes. A Pedagogia faz parte da formação intelectual e social da humanidade, são os precursores na formação dos cidadãos e influenciadores no progresso de uma nação. O pedagogo está atento a uma formação integral e nos processos de ensino aprendizagens adequados a todas as modalidades de ensino, inclusive a EJA visa à mobilização de indivíduos atuantes na sociedade que pretendem avançar nos estudos.

Para o adulto o ensino aprendizagem é baseado na solução de problemas e dinâmicas que estão contextualizadas com o cotidiano e mercado de trabalho e ou avanço para aprimorar-se em suas ações como cidadão e interpretação de questões sociais e culturais que os cercam (CARVALHO, etal. 2010).

Percebe-se que a aprendizagem de adultos ocorre de forma diferente das crianças, sendo assim, é fundamental o uso de uma metodologia diferenciada, considerando que estes sujeitos carregam consigo diversas experiências relativas a sociedade. O professor ao atuar na alfabetização de jovens e adultos, deve buscar dar significados aos materiais utilizados, é necessário trazer para a sala de aula fatos do cotidiano do individuo, para facilitar sua compreensão. Ao ingressar na EJA, o aluno busca por uma melhor qualidade de vida, muitos vêm na modalidade uma alternativa para progredir e alcançar realização pessoal e profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS


Alfabetizar é uma tarefa complexa, mas que gera resultados imensuráveis para todos, já que o analfabetismo está diretamente ligada a questões sociais e a oportunidade que o jovem e adulto encontram para a ampliação do conhecimento e reestruturação dos saberes com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Jair Antonio de; CARVALHO, Marlene Pedrotede; BARRETO, Maria Auxiliadora, M. ALVES, Fábio, A. Andragogia: considerações sobre a aprendizagem do adulto. REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente, v.3 n 1 p. 78-90 Abril 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UF.

MARTINS, Rose Mary, K. Pedagogia e andragogia na construção da educação de jovens e adultos. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 143-153, jan./jun. 2013.



CAPÍTULO 10

A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Bruna Ferreira Nepomuceno
Ligiane Oliveira dos Santos Souza

REVISÃO TEÓRICA

O processo de alfabetização e letramento é o resultado das interações e inter-relações que vão se desenvolvendo através das oportunidades que vão sendo proporcionadas no ambiente familiar e escolar. O contexto é importantíssimo para constituir essas relações e conhecimentos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Este traz no contexto da Educação Básica: o Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre 6 e 14 anos. Há, portanto, crianças e adolescentes que, ao longo desse período, passam por uma série de mudanças relacionadas a aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais, emocionais, entre outros. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética e de outros sistemas de representação.

A inclusão não é apenas abrir as portas de uma escola, é proporcionar o direito

estabelecido na constituição que todos têm direito a escola pública e de qualidade. As famílias precisam sentir segurança ao deixar seus filhos na escola para que estes possam se desenvolver através de estímulos e apoio necessários para o pleno desenvolvimento.

Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (2021) pontua DI como limitações que são significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo do sujeito com deficiência intelectual trazendo um novo conceito de avaliação e diagnóstico, vejamos: DI é Definição de Deficiência intelectual categorizada por limitações significativas em ambos funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressados em habilidade adaptativa conceitual, social e prática. Essa deficiência origina-se durante o período de desenvolvimento, o qual é definido como operacional antes que o indivíduo atinja 22 anos de idade. (SCHALOCK, LUCKASSON e TASSÉ, 2021, p.01).

Não se ignora o fato de que a pessoa com DI, possui limitações mas, é necessário que ampliemos o nosso olhar para além dos testes de QI (Quociente de Inteligência), buscando condições para que seu desenvolvimento seja feito com intervenções funcionais relevantes e produtivos com significados que façam sentido para sua vida em família e sociedade.

A deficiência não pode ser obstáculo para que haja o desenvolvimento do aluno em suas potencialidades, segundo Omote: [...] a deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas. Assim, as deficiências devem [...] ser encaradas também como decorrentes dos modos de funcionamento do próprio grupo social e não apenas como atributos inerentes às pessoas identificadas como deficientes (OMOTE, 1994, p.68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nós professores nos apropriarmos desse conhecimento, conseguiremos expandir nossa rede de conexão e proporcionar intervenções que propiciem ao educando com DI desenvolvimento de áreas e habilidades que favoreçam seu desenvolvimento e a aprendizagem ocorra gradualmente e contemplem cada parte, para constituir o todo.

REFERÊNCIAS

OMOTE, S. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 2, n.1, p. 65-74, 1994.

SCHALOCK, R.L. LUCKASSON, R. y TASSÉ, M.J Discapacidad Intelectual - Definición, diagnóstico, clasificación y sistemas de apoyos. 12ª ed. AAIDD. Hogrefe TEA Ediciones: 2021.

CAPÍTULO 11

JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Cintia Paulino da Silva

Maria Josineide Araujo da Silva

Sueli Carvalho Ricci da Cruz

REVISÃO TEÓRICA

A alfabetização é um processo primordial na vida do aluno, pois inicia este no mundo escolar, então aprender a ler e a escrever vai torná-lo um ser humano mais independente, ou seja, a alfabetização torna o aluno um cidadão pleno, pois a partir do momento que se é alfabetizado ele transforma-se no protagonista de seu próprio aprendizado. Os jogos e as brincadeiras são ferramentas poderosas que podem auxiliar o aluno no processo de alfabetização.

Alguns autores, como Luckesi, falam sobre os jogos e o brincar, onde estes são usados como atividades lúdicas e onde o aprender dessa forma é mais do que apenas jogar;

[...] brincar, jogar, agir ludicamente, exige uma entrega total do ser humano, corpo e mente, ao mesmo tempo. A atividade lúdica não admite divisão; e, as próprias atividades lúdicas, por si mesmas, nos conduzem para esse estado de consciência (LUCKESI, 2002, s. p.).

Os jogos podem ser usados como atividades lúdicas, que ajudam no desenvolvimento corporal e cognitivo, por isso a sua importância em sala de aula. Deve-se valorizar também os jogos como ferramentas que vão ajudar nesse processo de alfabetização.

Soares (2003) traz uma definição para alfabetização: “[...] aprendizagem da técnica, domínio do código convencional da leitura e da escrita e das relações fonema/grafema, do uso dos instrumentos com os quais se escreve” (SOARES, 2003, p. 16).

Nesse contexto, a alfabetização é a aquisição de uma técnica em que leitura e escrita devem ser dominadas, esse processo refere-se ao domínio do código escrito, aprender a codificar e decodificar. Já para Tfouni (2005, p. 9), “[...] a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura e escrita e as chamadas práticas de linguagem.” Portanto, alfabetização é o ato de aprender a ler e escrever, adquirir uma nova forma de linguagem.

Alfabetizar ludicamente usando os jogos e as brincadeiras, pode ajudar no desenvolvimento psicomotor da criança e também no cognitivo. É preciso que o docente saiba como aliar esta prática com o aprendizado e de que forma pode realizar isso no ambiente escolar, principalmente para ajudar na alfabetização dos alunos. Jogos, brincadeiras são instrumentos usados para facilitar a aprendizagem e para a alfabetização são indispensáveis para o desenvolvimento da criança. Embasam teoricamente essa temática, autores como Luckesi (2002, 2003, 2015) e Santos (2014).

Desse modo, é possível afirmar que o surgimento do letramento se deu da necessidade que tem o homem moderno do uso da linguagem, tanto escrita como oral, e além de ler e escrever deve saber interpretar o que se lê e escreve. Nesse processo se vê a importância da leitura e a escrita estarem juntas com a necessidade de não apenas saber desenhar as letras ou decifrar os códigos de leitura, o indivíduo hoje necessita saber compreender este processo, pois já não se trata apenas de mero conhecimento e sim uma condição de sobrevivência neste mundo letrado. Dominar a escrita é essencial para a convivência em sociedade (COLELLO, 2004, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, foi possível notar que os jogos e brincadeiras são fundamentais para uma alfabetização eficaz, visto que o aluno está entrando cada vez mais cedo na escola, e brincar faz parte do desenvolvimento da criança. É por meio do brincar que a criança inventa e reinventa, cria e recria, simula situações da vida real e interage com os demais. Ao chegar à escola é importante que o laço com o brincar não seja rompido e substituído pelo aprender, e sim que o aprender seja uma continuação do brincar, e a participação e planejamento do docente é fundamental nesse processo.

REFERÊNCIAS

COLELLO, S. M. G. Alfabetização em questão. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LUCKESI, C. C. . Ludicidade e atividades Lúdicas uma abordagem a partir da experiência interna.

SANTOS, S. M. P. dos. O brincar na escola. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOARES, M. A reinvenção da alfabetização. Revista Presença Pedagógica, jul/ago. 2003, v. 9 nº 52, p. 16-21 .



CAPÍTULO 12

JOGOS E BRINCADEIRAS NA ALFABETIZAÇÃO

Helenice dos Santos Alves
Bruna Ferreira Nepomuceno
Gleiciane Oliveira Santana

REVISÃO TEÓRICA

O lúdico é um tema que atualmente está sendo muito focado em obras, estudos e pesquisas voltadas a área educacional, graças a estudiosos como Vygotsky que resgatou por meio de suas pesquisas, o verdadeiro valor dos jogos e brincadeiras. Além disso, há uma firme consciência de que os padrões responsáveis pelas ações e comportamento dos adultos de hoje foram pautados em crenças e valores que não são mais suficientes para atender às exigências da modernidade. As principais atividades lúdicas, atualmente conhecidas, já foram praticadas pelo ser humano, em época distante, mas durante um grande período eram vistas como sem importância e de um modo depreciativo. Hoje a utilização do lúdico expandiu-se, jogos e brincadeiras, são utilizados para auxiliar no momento mais importante da criança na escola: a alfabetização. Educadores estão iniciando bem cedo o trabalho com jogos e brincadeiras, e estudiosos têm expandido suas pesquisas com o intuito de saber como utilizá-los cada vez mais e de modo enriquecedor com essas crianças. Assim, o tema despertou o interesse pelo fato de querer fazer com que o futuro educador reflita e propicie diversas fontes de materiais que circulam no cotidiano das crianças, estes que são muito favoráveis no processo de alfabetização, como jogos e brincadeiras divertidas e ricas; visto que muitos educadores privilegiam o livro didático que muitas vezes trazem assuntos não condizentes com a realidade da criança a ser alfabetizada e não valorizam o lúdico, não valorizam o —seu pensar.

Bettelheim (2003, p. 34) explica que —a brincadeira tem uma motivação interna, que corresponderia a uma ansiedade ou desejo, se configurando como um exercício de entendimento do mundo.

A criança obedece as regras dos jogos sem discutir seus fundamentos, sendo que não há interrogação natural da origem da mesma sobre a sua origem. (...) a criança procura ainda afirmar o seu eu. (...) a submissão à regra social é um dos meios de que a afirmação do eu pode se utilizar para sua realização. A regra é o instrumento da personalidade (CHATEAU, 1987, p.55).

Como se vê o jogo incentiva tanto o desenvolvimento intelectual da criança quanto sua relação interpessoal, primordial para o processo de aprendizagem infantil. Dessa forma, quando jogam ou criam os seus próprios jogos, as crianças compreendem melhor como o mundo age e como podem ser agentes dele e ter autonomia (ALMEIDA, 2000).

Portanto, nesse ponto de vista, os jogos podem ser considerados como afirmações do que está ocorrendo, ou representações do que as crianças compreendem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS


Viu-se que por meio do brincar que a criança se socializa, assimila conhecimentos, conhece a si própria, coopera com os outros, estabelece solidariedade, proporciona um desenvolvimento integral e uma aprendizagem mais prazerosa. Isso é reconhecido por Leis na realidade, mas questiona-se de fato tal existência e reconhecimento valida-se na prática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 2000.

BETTELHEIM, B. Uma vida para seu filho: pais bons o bastante. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1997.



CAPÍTULO 13

A IMPORTÂNCIA E FUNÇÃO DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS NA ALFABETIZAÇÃO

Nilce Santos da Silva
Sueli Carvalho Ricci da Cruz
Priscilla Alves de Oliveira

REVISÃO TEÓRICA

Nos dias atuais, com tamanha evolução das tecnologias e em um momento pós-pandêmico, as crianças apresentam-se muito dispersas e demonstram uma falta de interesse em aulas tradicionais meramente expositiva, pois, durante o tempo de pandemia utilizaram bastante o celular e nas aulas tradicionais, apenas expositiva do conteúdo muitos deles se mostram bastante dispersos e não querem prestar atenção.

Segundo HOEHNKE; KOCH; LUTZ (2005), “nos métodos de ensino tradicionais apenas se utiliza uma pequena parte da capacidade de aprendizagem humana”, mas, quando aliada a recursos pedagógicos, tornamos a aula mais atrativa e interessante e menos cansativa aos alunos, os quais interagem e aprendem mais.

Então, com o mundo em constante evolução, a Educação e mais precisamente os processos de ensino-aprendizagem, precisam de recursos didáticos pedagógicos que causem o desejo da prática da leitura e da escrita. Há a possibilidade de diversos recursos concretos em sala de aula, mas, o docente deve ter um objetivo claro, dominar o conteúdo, dominar o recurso e ter organização para utilização dos recursos, pois, o recurso não pode ser utilizado de qualquer jeito, deve ser feito junto ao planejamento para atingir os objetivos da disciplina e dar sempre ao aluno um gosto de quero mais.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo compreender como os recursos pedagógicos podem contribuir para melhoria da alfabetização do ensino fundamental.

Além disso, debater a importância do uso dos recursos pedagógicos para a alfabetização, compreendendo a necessidade da ludicidade na alfabetização. Assim sendo, a justificativa para o desenvolvimento deste estudo, parte do entendimento de que, este poderá contribuir como publicação científica, para novos debates sobre essa temática, uma vez que as utilizações de recursos didáticos pedagógicos podem potencializar o processo de alfabetização dos alunos do ensino fundamental dos anos iniciais, além de proporcionar uma maior interação dos alunos com o conteúdo e uma aprendizagem mais proveitosa.

Para adaptar-se aos desafios da atualidade, é importante que o professor participe e busque sempre a formação continuada que foram implantadas em todo o Brasil, com o conceito de “Formação ao longo da Vida”. “Assim, a formação continuada, por sua vez, viria a provocar uma série de transformações nas orientações dos sistemas educativos, na cultura escolar, como também diversas reformas nos métodos de ensino” (FERREIRA, 2012, p. 09), isso porque ajudará ao professor a dominar conhecimentos específicos e mais abrangentes, melhorando assim a qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que o uso dos recursos pedagógicos com planejamento para o dia a dia da criança na escola, poderá complementar as lacunas deixadas nas aulas tradicionais, além de motivar a aprendizagem, incentivar a criatividade, o engajamento e envolvimento nas aulas, deixando assim a aprendizagem mais prazerosa e uma aula menos monótona e mais criativa e interativa, este estudo não tem o intuito de criticar os métodos tradicionais e sim de contribuir para uma melhor alfabetização e aprendizagem dos alunos.


REFERÊNCIAS

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. A Sala de Aula Inovadora: Estratégias Pedagógicas para Fomentar o Aprendizado Ativo - Desafios da Educação. Porto Alegre, Paola. 2018.

EITERER, C.L.; MEDEIROS, Z. Recursos pedagógicos. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

FERREIRA, Andrea. T. B. Formação de Professores: princípios e estratégias formativas. In.: Formação de Professores no Pacto Nacional Pela Alfabetização da Idade Certa. Brasília, 2012

HOEHNKE, K.; KOCH, V.; LUTZ, U. O Objectivismo na Filosofia e na Metodologia do Ensino. Lisboa, 2005.



CAPÍTULO 14

RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A ALFABETIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Sueli Carvalho Ricci da Cruz
Maria Josineide Araujo da Silva
Cintia Paulino da Silva

REVISÃO TEÓRICA

Boto (2014) classifica isso como rituais, liturgia que ficam memorizadas nas vivências escolares devido a força que acontecem diante dos valores que a ele são atribuídos. E nesse cenário, ainda é visto que os professores continuam apoiando essa prática em sala de aula. Em questão de estratégias didáticas e de acordo com as descrições contidas nas coletâneas do PNAIC, a partir da utilização de determinados recursos se compreendem todas as atividades que o professor propõe aos alunos. E esses recursos pedagógicos utilizados por esse profissional podem ou não se tornar intermediários para facilitar a relação entre o professor, a criança e o aprendiz.

É necessário compreender a lógica de como e por que determinados recursos são utilizados em sala de aula. E, uma sequência de atividades bem planejada exige uma seleção cuidadosa desses recursos para que os direitos de aprendizagem dos alunos sejam adequadamente trabalhados e adquiridos. Faz-se referência ao papel do professor, que trabalha prioritariamente com crianças nos primeiros anos do processo de alfabetização. Essas crianças exigem essa interação com o meio, e o professor deve fornecer esses estímulos de aprendizagem. Além dos materiais a serem trabalhados, o planejamento seja feito de forma que a finalidade dos recursos da sala seja cumprida, e o trabalho torna-se mais solidificado, pois existem metas que permitem o uso dessas ferramentas como auxiliares de aprendizagem.

Souza (2007) concorda que Os recursos didáticos não devem ser utilizados de qualquer jeito, deve haver um planejamento por parte do professor, que deverá saber como utilizá-lo para alcançar o objetivo proposto por sua disciplina...recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino aprendizagem do conteúdo proposto para serem aplicados pelo professor aos seus alunos.

Os recursos pedagógicos estão se tornando mais atuais. Tanto o professor quanto os alunos têm contato direto com um grande porte tecnológico que pode ser utilizado para auxiliar no ensino, embora nem sempre seja utilizado como deveria. Esses recursos estão sendo modernizados, mas existe uma vasta gama de materiais que foram e continuam sendo utilizados no processo educacional para melhorar o ensino em sala de aula, tais como: livros diversos, textos, revistas, computadores, jogos manipuláveis, gravuras, transparência, vídeos/DVD, dicionário, giz, quadro, caderno, material dourado e retroprojeção/slides.


CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, em decorrência desse quadro que surge, a escola, como instituição formadora, deve se preocupar em financiar seus docentes para propostas inovadoras, tanto científicas quanto metodológicas. Isso não depende apenas do envolvimento do professor nas mudanças sociais. Todos podem participar e se envolver. A escola com condições estruturais, espaços apropriados, suporte técnico, reuniões e encontros planejados, aulas criativas e gestão compartilhada tem um efeito significativo diante da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. A liturgia da escola moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. Revista online de História da Educação. vo. 18. n 44, 2014.

SOUZA, Salete. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. IV Jornada de Prática de Ensino. Paraná: Arq Mudi, 2007.



CAPÍTULO 15

O USO DA TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Gleiciane Oliveira Santana
Helenice dos Santos Alves
Bruna Ferreira Nepomuceno

REVISÃO TEÓRICA

A Tecnologia é definida como “o corpo de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, construção e uso de equipamentos em um determinado tipo de atividade” (SOUZA, MOITA e CARVALHO, 2011). Essas atividades incluem o uso na educação. As tecnologias de informação e comunicação (TIC) podem estar nessa direção entendido segundo Oliveira, Moura e Sousa (2015) como um conjunto de recursos tecnológicos que intervêm e medeiam os processos de comunicação dos seres humanos.

Surgiram no decorrer da história no cenário da terceira revolução industrial e se desenvolveram gradativamente a partir da década de 1970 e ganharam destaque, principalmente na década de 1990 com a popularização da internet. No campo da inclusão tecnológica, as TICs são de grande importância em todas as esferas sociais, inclusive na educação, e assim incluir o processo de aprendizagem do aluno. Dessa forma, é preciso entender que a ferramenta tecnológica não é o ponto principal do processo ensino-aprendizagem, mas sim o dispositivo que ela proporciona mediação entre educadores, saberes escolares e alunos em sua aprendizagem. (MELO e CARVALHO, 2014)

Nesse sentido, segundo os autores citados, as possibilidades tecnológicas surgiram como uma alternativa para os tempos modernos, possibilitando a educação com a inclusão do computador nas escolas, melhorando o uso da tecnologia pelos

alunos, o acesso à informação e a prestação de serviços em todas as áreas. Quando se trata do uso de computadores e outros meios tecnológicos, percebe-se sua extraordinária importância para diversas transformações no processo de ensino e aprendizagem e para a produção do conhecimento. Dessa forma, “o uso de meios tecnológicos no ambiente educacional pode contribuir significativamente para uma prática pedagógica diferenciada (MELO e CARVALHO, 2014)

As novas tecnologias podem, assim, desempenhar um papel significativo na vida de professores e alunos, porque "ao permitir que os alunos tenham acesso às tecnologias de informação e à sua transformação em conhecimento durante todo o período escolar, os alunos serão posteriormente atores de transformação nos setores produtivos e de serviços através influenciando naturalmente seu uso” (OLIVEIRA; MOURA; SOUSA, 2015).

Porém, não são apenas as vantagens que sobrevive esta nova realidade, ou seja, não basta disponibilizar as TIC para uso, mas deve ser bem utilizado por profissionais capacitados, pois a vantagem de utilizar a tecnologia como ferramenta pedagógica é estimulam os alunos, tornam o conteúdo mais eficiente e promovem autonomia e criatividade. Quanto às desvantagens podem ocorrer quando há falta de organização e capacitação dos profissionais envolvidos, formando alunos desanimados e sem senso crítico (OLIVEIRA; MOURA; SOUSA, 2015)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, também conclui-se que o uso de tecnologias digitais no ensino melhora significativamente diversos aspectos, como o aumento no fluxo de informações e também a interação por meio dos ambientes virtuais, ou seja, através das mídias sociais os estudantes conseguem trocar informações com alta velocidade, além de terem acesso a livros e artigos de sites e bibliotecas virtuais, facilitando assim o acesso a diversos conteúdo e a alfabetização de alunos do ensino fundamental.


REFERÊNCIAS

MELO, R. S.; CARVALHO, M. J. S. Aplicativos educacionais livres para mobile learning. Revista Tecnologias na Educação: XI EVIDOSOL e VIII CILTEC- Online, Rio Grande do Sul, p.1-6, jun. 2014.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. Em:_____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 09-30.

OLIVEIRA, Cláudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. TIC's na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. 2015.

SOUSA, R. P. de; MOITA, F. M. C. S. C.; CARVALHO, A. B. G. (Org.). Tecnologias Digitais na Educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011.



CAPÍTULO 16

O CONCEITO DE GÊNERO TEXTUAL E O TRABALHO COM DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS EM SALA DE AULA

Priscilla Alves de Oliveira
Sueli Carvalho Ricci da Cruz
Nilce Santos da Silva

REVISÃO TEÓRICA

Ao discutir sobre o uso do computador na alfabetização é preciso levar em consideração como esta ferramenta está sendo utilizada, onde segundo a autora, “[...] provocam novas mediações entre a abordagem do professor, a compreensão do aluno e o conteúdo a ser veiculado” (KENSKI, 2012, p. 45), alterando o comportamento de professores e alunos, levando-os ao melhor conhecimento.

Para Valente (1998, p. 02), o termo “[...] informática na educação refere-se à inserção do computador no processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares de todos os níveis e modalidades de educação”. Assim concebido, o computador é uma ferramenta que pode auxiliar o professor a promover aprendizagem, autonomia, criticidade e criatividade do aluno. Mas, para que isto aconteça, é necessário que o professor assuma o papel de mediador da interação entre aluno, conhecimento e computador, o que supõe formação para o exercício deste papel.

As tecnologias da informação e comunicação são entendidas na sua amplitude, superando a visão apenas instrumental e atingindo uma concepção mais ampla, o que possibilita que pensemos em variados ambientes onde possamos realizar práticas pedagógicas mediadas por linguagens da informação e da comunicação. É preciso estar claro que o computador, ou qualquer outra tecnologia, por si só, não é agente de mudanças. A principal mudança deverá estar na prática do professor. O seu papel deverá ser de colaborador e, por que não, também de aprendiz mais experiente.

Uma vez que a utilização dos computadores como apoio ao ensino e à aprendizagem vem evoluindo consideravelmente nos últimos anos, podendo trazer efetivas contribuições à educação, de acordo com Sancho (2006, p. 19), “[...] muitas pessoas interessadas em educação viram nas tecnologias digitais de informação e comunicação o novo determinante, a nova oportunidade para repensar e melhorar a educação”.

O computador é considerado por Moran, Masetto e Behrens (2011) como um meio de comunicação poderoso onde, por meio de seu uso, pode-se modificar a forma de ensinar e aprender, tanto nos cursos presenciais como nos cursos à distância, desenvolvendo no aluno a aprendizagem cooperativa, a pesquisa em grupo e a troca de resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, o computador passa a ser uma ferramenta educacional (uma nova mídia educacional), uma ferramenta de complementação, de aperfeiçoamento e de possível mudança na qualidade do ensino. Isso tem acontecido pela própria mudança na nossa condição de vida e pelo fato de a natureza do conhecimento ter mudado.


REFERÊNCIAS

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

SANCHO, Juana Maria; HERNANDEZ, F. (Org). Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VALENTE, José Armando. (Org.). Computadores e conhecimento: repensando a educação. 2. ed. Campinas: Unicamp/Nied, 1998.

VALENTE, José Armando. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: Unicamp/Nied, 1999.



CAPÍTULO 17

ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS: O QUE É? COMO FAZER?

*Bruna Ferreira Nepomuceno
Ligiane Oliveira dos Santos Souza*

REVISÃO TEÓRICA

Falar em Alfabetização Matemática ainda soa estranho aos ouvidos de muitos. De maneira geral, só se reconhece o termo ‘alfabetização’ para denominar o processo de aquisição da leitura e da escrita na Língua Materna. O fato é que ainda é muito presente na escolarização inicial a ideia de que primeiro é preciso garantir a inserção nos processos de leitura e de escrita para depois desenvolver o trabalho com as noções matemáticas. Contudo a tarefa de alfabetizar não é simples e vem se modificando ao longo dos últimos anos, o que nos faz pensar na seguinte questão: O alfabetizar matematicamente existe ou é uma utopia? Para responder essa questão, devemos lembrar que não basta apenas aprender a reconhecer os números, é necessário compreender a qual quantidade ele se refere, o que é uma tarefa desafiadora e considerada complexa por muitas pessoas. Partindo do pressuposto de que o Ensino Fundamental é responsável por promover a aprendizagem matemática visando à aquisição significativa das ideias básicas pertinentes à disciplina, bem como das especificidades de sua linguagem, sem, no entanto, separá-la da Língua Materna, voltamos nossos olhares para as classes das séries iniciais a fim de compreender e interpretar o fenômeno alfabetização matemática a partir das concepções de professores e alunos sobre a disciplina, o tratamento dado aos conteúdos matemáticos na escola e a relação dos alunos com os mesmos

Kamii (1986) ainda ressalta que a criança progride na construção do conhecimento lógico matemático pela coordenação das relações simples que

anteriormente ela criou entre os objetos. Quando as crianças colocam todos os tipos de conteúdos em relações, seus pensamentos se tornam mais móveis. As crianças são sim capazes de entender e desafiar a matemática, mas quando se deparam com o professor com o qual não tiveram uma experiência agradável com a disciplina, a mesma se trava diante da construção do conhecimento.

Segundo Danyluk (1997), a matemática infelizmente é considerada por muitos uma ciência para “poucos” ou uma ciência para “gênios”. A sociedade em si parece acreditar que a matemática está fora do cotidiano escolar. O que acontece é que a sociedade não percebe a matemática por isso não gostam, ou melhor, eles não foram alfabetizados matematicamente. A alfabetização matemática é um fenômeno que trata da compreensão, da interpretação e da comunicação dos conteúdos matemáticos ensinados na escola tidos como iniciais para a construção do conhecimento matemático. Ser alfabetizado em matemática, então, é compreender o que se lê e escrever o que se compreende a respeito das primeiras noções de lógica, de aritmética e geometria. Assim, a escrita e a leitura das primeiras ideias matemáticas podem fazer parte do contexto de alfabetização. (DANYLUK, 1997, p. 12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS


Falar em alfabetização matemática, ainda soa estranho ao ouvido de muitos. De maneira geral só se reconhece o termo “alfabetização” para denominar o processo de aquisição da leitura e da escrita na língua materna. O fato é que ainda é muito presente na escolarização inicial a ideia de que primeiro é preciso garantir a inserção nos processos de leitura e de escrita para depois desenvolver o trabalho com as noções matemáticas. Por tanto, alfabetizar matematicamente é ir além do saber escrever e ler um algarismo, é construir na criança a percepção de quantidade e o símbolo. Trazê-la para o mundo dos números requer muita atenção e vontade do profissional.

REFERÊNCIAS

DANYLUK, O. S. Alfabetização Matemática: a escrita da linguagem matemática no processo de alfabetização. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

KAMII, C. A criança e o número: implicações da teoria de Piaget para a atuação junto à escolares de 4 a 6 anos. 4ªed. Campinas: Papirus, 1986

KAMII, C &DECLARK, G. Reinventando a Aritmética. Campinas. Papirus, 1994.



CAPÍTULO 18

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO MATEMÁTICO NO ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS: PROBLEMATIZANDO AS AÇÕES DE UMA SALA DE AULA

*Bruna Ferreira Nepomuceno
Ligiane Oliveira dos Santos Souza*

REVISÃO TEÓRICA

Acreditamos que quando as crianças chegam na escola, mesmo sendo bem pequenas, já possuem ideias matemáticas. Ainda que elas ingressem não estando tradicionalmente alfabetizadas, seja em língua em Língua Portuguesa ou em Matemática, em seu cotidiano, encontram-se em contato com os números, seja em sua ida ao mercado com a sua família, ao perceber que logo abaixo dos produtos existem números e mesmo que ainda não compreendam a noção de quantidade que eles representam, elas os veem.

Assim como, quando utilizam o elevador para subir até o andar em que moram, elas percebem seus familiares, apertando um botão que também contém um número. E quando questionadas sobre a sua idade, muitas vezes a representam utilizando os dados para indicála. Isso demonstra que as crianças fazem parte de um contexto que envolve a linguagem matemática ao seu redor. Quando se fala em alfabetização, imediatamente se remete a área da Língua Portuguesa, na qual, o processo de leitura e escrita se realiza. Esse processo de alfabetização, pode ser compreendido como um conjunto de procedimentos e habilidades que envolvem a escrita alfabética, bem como, se caracterizando como um “processo de apropriação da ‘tecnologia da escrita’, isto é, do conjunto de técnicas – procedimentos, habilidades – necessárias para a prática da leitura e da escrita: domínio do sistema de representação que é a escrita alfabética e das normas ortográficas”. (SOARES, 2022 p.27). Esse termo,

alfabetização, pode ser associado a outras áreas do conhecimento, como a Matemática, por exemplo, conforme Danyluk, o termo "Alfabetização Matemática":

Diz respeito aos atos de aprender a ler e a escrever a linguagem matemática, usada nas séries iniciais da escolarização. Compreendo a alfabetização matemática, portanto, como fenômeno que trata da compreensão, da interpretação e da comunicação dos conteúdos matemáticos ensinados na escola, tidos como iniciais para a construção do conhecimento matemático. Ser alfabetizado em matemática, então, é compreender o que se lê e escreve o que se compreende a respeito das primeiras noções de lógica, de aritmética e de geometria. (Danyluk, 2015, p. 26).

Com isso entendemos que a Matemática que as crianças têm acesso quando frequentam o Ensino Fundamental-Anos iniciais, poderá contribuir de maneira significativa para elas, visto que será na escola que terão a oportunidade de problematizar as ações de seu cotidiano, podendo comunicar suas ideias, questionando e refletindo sobre o que elas representam. O letramento matemático pode ocorrer, nessa mesma perspectiva, quando as crianças conseguem utilizar seus conhecimentos relacionados a área da Matemática em diversos contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que esse trabalho, contribua para que outros docentes reflitam sobre as práticas didáticas que envolvem a Matemática e como essas práticas vem sendo realizadas com propósito e significado nas salas de aula do Ensino Fundamental–Anos Iniciais.

REFERÊNCIAS

DANYLUK, Ocsana Sônia Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil [recurso eletrônico] / Ocsana Sônia Danyluk. – 5. ed. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015

PANIZZA, Mabel. Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas séries iniciais: análise e propostas – Porto Alegre: Artmed, 2006.

SOARES, Magda. Alfalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2022.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2020.




Editora
DUCERE

ISBN 978-658322207-7



9 786583 222077